

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniu, por videoconferência, o júri do procedimento concursal para o preenchimento de 3 postos de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, da área de formação Psicologia, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), designado pelo Despacho da Diretora-Geral da DGAEP, de 06 de dezembro de 2022, exarado na Informação n.º 144/DGRI/DGAEP/2022, com vista à realização de procedimento concursal comum, na sequência do Despacho autorizador n.º 602/2022/SEO, de 18 de novembro, precedido do despacho da Secretária de Estado da Administração Pública, de 21 de setembro de 2022.

Do júri designado estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Alexandra Sofia de Vasconcelos Pinto Monteiro, Chefe da Divisão de Recrutamento e Mobilidade do Departamento de Estruturas Orgânicas e de Recrutamento;

1.º Vogal efetivo: Rui Manuel Nunes Dias, Técnico Superior do Departamento de Estruturas Orgânicas e de Recrutamento e que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos;

2.º Vogal efetivo: Ana Luísa Quintino Martins, Técnica Superior do Departamento de Estruturas Orgânicas e de Recrutamento.

A reunião teve por objeto a análise da bibliografia de suporte à realização da Prova de Conhecimentos constante do Anexo II à Ata n.º 1.

Assim, considerando os elementos constantes do referido Anexo, foram identificados os seguintes lapsos de escrita:

1. Na al. c) da bibliografia de suporte, onde se lê “[Capítulos 1, 3, 9, 10, 11, 13, 15, 18]”, deverá ler-se “[Capítulos 3, 4, 5, 6 e 11];
2. Na al. e) da bibliografia de suporte, onde se lê “(2014)”, deverá ler-se “(2013)”;
3. Na al. f) da bibliografia de suporte, onde se lê “(2015)”, deverá ler-se “(2006)”;
4. Na al. m) da bibliografia de suporte, onde se lê “(2015)”, deverá ler-se “(2021)”.

Face aos lapsos de escrita detetados, deliberou o júri, por unanimidade, retificar a bibliografia constante do Anexo II da Ata n.º 1, republicando-a em anexo à presente e disponibilizando esta informação aos interessados, através de notificação eletrónica e de publicação na plataforma dedicada ao procedimento

concural, nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e considerada conforme, é assinada e rubricada pelos presentes.

Presidente

(Alexandra Sofia de Vasconcelos Pinto Monteiro)

1.º Vogal efetivo

(Rui Manuel Nunes Dias)

2.ª Vogal efetiva

(Ana Luísa Quintino Martins)

Anexo I

Bibliografia de suporte à realização da Prova de Conhecimentos

A bibliografia de suporte para a parte teórica será a seguinte:

- a) Almeida, Leandro S; Guisande, M. A; Ferreira, A. I. (2009). Inteligência: Perspectivas teóricas. 1.ª Edição, Livraria Almedina, Coimbra. [Capítulo 1, 3 e 4];
- b) Amaral, D. (2020). Curso de Direito Administrativo. Vol. I. 4.ª Edição. Lisboa: Almedina. [Parte I – A organização administrativa];
- c) Cabral Cardoso, C., Cunha, M.P., Cunha, R.C., Marques, C., Rego, A. (2015). Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano. 3.ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa. [Capítulos 3, 4, 5, 6 e 11];
- d) Caetano, A., Neves, J.G., Ferreira, C.F. (2020) Psicossociologia das Organizações: Fundamentos e Aplicações. 1.ª Edição. Edições Sílabo. Lisboa. [Capítulos 4 e 17];
- e) Camara, P.B., Guerra, P.B., Rodrigues, V. (2013). Humanator XXI: recursos humanos e sucesso empresarial. 6.ª Edição atualizada. Publicações D. Quixote, Lisboa. [Capítulos 7 e 10];
- f) Ceitil, M. (2006). Gestão e Desenvolvimento de Competências. 1.ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa. [Capítulos 1, 2, 7 e 8];
- g) Colin, G. D. (2011). Intelligence and Personality. In R. J. Sternberg, & Scott Barry Kaufman (Ed.), The Cambridge Handbook of Intelligence. Cambridge: Cambridge University Press. [Capítulos 35, pp. 711 – 737];
- h) Furnham, A. (2016). Individual Differences in Intelligence, Personality, and Creativity. In J. Kaufman & J. Baer (Eds.), Creativity and Reason in Cognitive Development. Cambridge: Cambridge University Press. [pp. 327-353];
- i) Gregory, J.R., (2015). Psychological Testing: History, Principles, and Applications. Seventh edition. Pearson. England. [Capítulos 3, 4, 5, 8 e 11];
- j) Horton, S. (2000). Introduction - the competency movement: its origins and impact on the public sector. International Journal of Public Sector Management, Vol. 13 No. 4, pp. 306-318;
- k) Ricou, M. (2014). A Ética e a Deontologia no Exercício da Psicologia. Ordem dos Psicólogos Portugueses. Lisboa. [Capítulos 1, 4, 5, 6 e 8];
- l) Urbina, S. (2014). Essentials of Psychological Testing. Second Edition. Published by John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey. [Partes 2 e 3];
- m) Yzerbyt, V.; Leyens J.F. (2021). Psicologia Social. Edições 70. Lisboa. [Capítulos 1, 2, 3, 6, 10 e 11].

Legislação:

- a) Constituição da República Portuguesa, aprovada pelo Decreto de 10 de abril de 1976, na sua redação atual [Título IX];

- b) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual [Artigos 28.º a 51.º; 56.º a 69.º; 79.º a 88.º];
- c) Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual. [Parte I; Parte II - Capítulos I e II; Parte III: Título I - Capítulo I, Capítulo II (Secção III), Capítulo IV, Capítulo V e Título II - Capítulo II (Secção II e Secção IV); Parte IV - Capítulo II];
- d) Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual;
- e) Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro;
- f) Princípios éticos da Administração Pública, disponível em <https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=9BB1D4D0-0607-4588-BCAD-894DBC499AFF&MEN=i;>
- g) Decreto Regulamentar n.º 27/2012, de 29 de fevereiro;
- h) Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março [Artigos 7.º e 8.º].